EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ROSE APARECIDA MARTINS WLOSSAK

Resumo

O propósito deste artigo é suscitar uma reflexão acerca da educação inclusiva na etapa da educação infantil. A educação inclusiva é um modelo educacional respaldado por políticas públicas, entretanto, ainda encontra-se distante da realidade escolar. A reflexão visa ponderar sobre as transformações necessárias a serem realizadas desde a educação infantil, uma vez que é a primeira fase da educação básica e um período crucial para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças com deficiência. A construção de uma escola inclusiva, desde a educação infantil, implica-se em considerar os espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc., com o intuito de viabilizar o acesso, permanência e desenvolvimento pleno dos alunos com deficiências. Estes estudantes, em virtude de suas particularidades, possuem necessidades educacionais especiais. O texto aborda, entre outros pontos, a importância de repensar a prática pedagógica como um elemento fundamental para promover a inclusão escolar na educação infantil. A prática pedagógica inclusiva deve ser construída a partir da combinação do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória e da abertura para buscar novas abordagens, levando em consideração a diversidade dos alunos e suas características individuais.

Palavras-chave: Escola inclusiva. Inclusão. Educação Infantil Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

Há pouco mais de uma década, a educação brasileira tem sido objeto de discussões mais efetivas, com um novo paradigma que busca tornar a escola um importante agente na formação humana, oferecendo a todos os indivíduos condições plenas para o seu desenvolvimento.

O movimento conhecido como inclusão escolar é relativamente recente, considerando o longo período de exclusão enfrentado por muitas minorias historicamente marginalizadas. Essas pessoas eram impedidas de terem acesso às oportunidades educacionais disponibilizadas apenas a alguns privilegiados. Nesse contexto, a educação inclusiva demanda uma reorganização no sistema educacional.

Para entender a proposta da educação inclusiva, é necessário analisar o modelo anterior para delinear o papel da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência. Nas antigas escolas e classes especiais, o objetivo era a normalização do indivíduo, buscando fazê-lo assemelhar-se ao máximo aos sujeitos considerados “normais”, para então, e somente então, poderem ser integrados ao convívio comum, ou seja, às escolas regulares.

Essa abordagem, além de negar a condição de diferença e estabelecer parâmetros homogêneos de desenvolvimento, o que é inviável, acabou descaracterizando o papel fundamental da escola. Em vez de ser uma instituição responsável pela formação das novas gerações, disseminando o conhecimento elaborado pela humanidade ao longo do tempo, passou a ter como principal e, muitas vezes, única finalidade a modificação do aluno com deficiência, seja por meio da reabilitação de funções, seja pela habilitação para desempenhar funções que eram inexistentes em virtude da deficiência.

Diante de tal panorama, a educação inclusiva compreende uma educação especial dentro da escola regular, a tornando um espaço para todos; favorecendo a diversidade a todos os alunos.

Contudo, existem algumas necessidades especiais que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem, o que acaba exigindo uma proposta de educação específica, como exemplo, utilização de recursos de apoio especializados, focando em garantir o melhor aproveitamento de todos os envolvidos no processo de aprendizado.

É imperioso lembrar que a educação é direito de todos devendo ser orientada no sentido pleno de desenvolvimento do educando, o respeito aos direitos e liberdades, é o primeiro passo para a construção da cidadania e deve sempre ser incentivado.

Para atingir esse objetivo, a educação inclusiva propõe a educação de todas as crianças em um ambiente escolar comum. Optar por esse modelo educacional não implica negar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes; ao contrário, por meio da inclusão, as diferenças não são mais encaradas como obstáculos, mas sim como manifestações de diversidade. Essa multiplicidade de experiências, originária da realidade social, pode enriquecer a compreensão do mundo e proporcionar oportunidades de convivência para todas as crianças.

Preservar a diversidade no ambiente escolar representa oportunidade para o atendimento de necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidade e potenciais do educando.

“Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equi-

dade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos—inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005)."

2. O que o Plano Nacional de Educação diz sobre a Educação inclusiva

No Brasil, a regulamentação mais recente que orienta a estrutura do sistema educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Esse documento, dentre outras metas e propostas inclusivas, define a nova função da Educação Especial como uma modalidade de ensino que abrange todas as etapas da escolarização, desde a Educação Infantil até o ensino superior. Além disso, o PNE promove o atendimento educacional especializado (AEE), disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores sobre como utilizar esses recursos nas turmas comuns do ensino regular.

O Plano Nacional de Educação (PNE) considera como público-alvo da Educação Especial, dentro da perspectiva da Educação Inclusiva, os educandos com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades.

Caso um aluno apresente necessidades específicas decorrentes de suas características ou condições, ele poderá requerer, além dos princípios comuns da Educação na diversidade, recursos diferenciados identificados como Necessidades Educacionais Especiais (NEE). O estudante poderá se beneficiar de apoios de caráter especializado, tais como o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização no caso da deficiência visual e auditiva; mediação para o desenvolvimento de estratégias de pensamento no caso da deficiência intelectual; adaptações do material e do ambiente físico no caso da deficiência física; estratégias diferenciadas para adaptação e regulação do comportamento no caso do transtorno global; e ampliação dos recursos educacionais e/ou aceleração de conteúdos para atender às altas habilidades.

A Educação inclusiva se tornou um caminho essencial para abraçar a diversidade, por meio da construção de uma escola que ofereça uma proposta para o grupo como um todo, ao mesmo tempo em que atende às necessidades individuais, especialmente daqueles que correm o risco de serem excluídos em termos de aprendizagem e participação na sala de aula.

Além de ser um direito, a Educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Ela promove uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deve refletir a diversidade humana, não ocultá-la. Claro que isso pode gerar novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais necessárias para uma convivência democrática. O resultado final, muitas vezes desconsiderado por alguns, é uma Educação de qualidade para todos. (MENDES, 2012).

3. O que é um projeto pedagógico inclusivo?

Os educadores estão cada vez mais conscientes da diversidade humana e das diferenças individuais presentes em seu grupo de alunos. Eles enfrentam a urgência de transformar o sistema educacional para garantir um ensino de qualidade a todos os estudantes. Simplesmente matricular alunos com necessidades educacionais especiais não é suficiente; a escola precisa oferecer condições para a operacionalização de um projeto pedagógico inclusivo. A inclusão deve assegurar a todos os jovens e crianças o acesso à aprendizagem por meio de todas as oportunidades de desenvolvimento oferecidas pela escolarização.

Diversas mudanças são indispensáveis, incluindo a reestruturação física para eliminar barreiras arquitetônicas, a introdução de recursos e tecnologias assistivas e o aumento do número de profissionais especializados no ensino, que ainda é insuficiente. Além disso, é necessário compreender e incorporar esses serviços na escola regular e buscar alternativas para a organização, planejamento e avaliação do ensino.

Outro ponto crucial é a formação dos professores para a inclusão. A transformação do paradigma educacional exige que os professores estejam preparados para a nova prática, de forma que possam atender às necessidades do ensino inclusivo. O conhecimento está em constante construção à medida que as experiências se acumulam e as práticas anteriores são transformadas. Portanto, a formação continuada desempenha um papel fundamental na prática profissional.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais é uma parte essencial do paradigma de uma sociedade democrática, comprometida com o respeito aos cidadãos e à cidadania. Esse paradigma se reflete na escola por meio do projeto pedagógico, que orienta suas ações, explicita sua política educacional e demonstra seu compromisso com a formação dos alunos, bem como com ações que promovam a inclusão social.

O projeto pedagógico é o guia que direciona as atividades escolares, revelando a visão da escola e as intenções da equipe de educadores. Com base nesse projeto, a escola organiza suas ações, proporciona apoio administrativo, técnico e científico para atender às necessidades da Educação inclusiva, planeja suas atividades, cria propostas cur-

riculares diversificadas e abertas, flexibiliza seu funcionamento e atende à diversidade dos alunos. Além disso, estabelece redes de apoio que contam com a presença de profissionais especializados, buscando favorecer o processo educacional.

A concretização do projeto pedagógico ocorre na sala de aula, sendo elaborado nos diferentes níveis do sistema educacional. Vários fatores podem influenciar a dinâmica da sala de aula e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Planejamentos que contemplam diferentes estratégias organizacionais, com possibilidades de ajustes ou flexibilizações, têm sido amplamente discutidos como opções para romper com práticas restritivas e limitadoras.

4. Formando redes de apoio à Educação Inclusiva

Os sistemas de apoio têm início dentro da própria escola, abrangendo a equipe e a gestão escolar. O aluno com necessidades especiais não é considerado apenas responsabilidade do professor, mas de todos os envolvidos no processo educacional. Para isso, a direção e a coordenação pedagógica devem criar oportunidades para que os professores possam expressar suas dúvidas e preocupações. Ao legitimar as necessidades dos docentes, a equipe gestora pode organizar espaços para acompanhar os alunos, compartilhar relatos sobre as condições de aprendizagem e situações da sala de aula, além de discutir estratégias e possibilidades para enfrentar os desafios. Essas ações geram temas para estudo e pesquisa, contribuindo para a formação contínua dos educadores.

A família desempenha um papel crucial como parte da rede de apoio, sendo a instituição primordial e significativamente importante para a educação dos alunos. Ela é uma fonte de informações essenciais para o professor sobre as necessidades específicas da criança. Estabelecer uma relação de confiança e cooperação entre a escola e a família é fundamental, pois esse vínculo favorecerá o desenvolvimento da criança.

Profissionais da área de saúde que trabalham com o aluno, como fisioterapeutas, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos ou médicos, também integram essa rede de apoio. Esses profissionais podem esclarecer as necessidades das crianças e jovens e sugerir ao professor determinadas alternativas para atender tais demandas de forma mais efetiva.

Na perspectiva da Educação inclusiva, os apoios centrais englobam os serviços da Educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que são os recursos fundamentais a serem incorporados à escola. O aluno tem o direito de frequentar o AEE em horário complementar às aulas regulares. O sistema público tem organizado salas multifuncionais ou salas de apoio, seja na própria escola ou em instituições conveniadas, com o objetivo de oferecer recursos de acessibilidade e estratégias para eliminar barreiras, favorecendo a plena participação social e o desenvolvimento da aprendizagem.

Conforme o Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado de instituições públicas ou de entidades comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. O AEE complementa ou suplementa a formação do aluno ao disponibilizar serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminam barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento da aprendizagem. Recursos de acessibilidade na Educação são aqueles que garantem condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização de materiais didáticos e pedagógicos, espaços, mobiliários e equipamentos, sistemas de comunicação e informação, transporte e outros serviços (CNB/CNE, 2009).

Embora ainda não apresente números significativos, a inclusão tem sido gradualmente incorporada, revelando ações práticas que podem apoiar o professor. Um exemplo é ter um segundo professor na sala de aula, presente durante todas as aulas ou em momentos específicos, atuando de diferentes formas, como intérprete, apoio, monitor ou auxiliar. Esse professor pode ter formação específica ou básica, ou até mesmo ser um estagiário. A participação do professor do AEE pode ocorrer na elaboração do planejamento e no suporte à compreensão das condições de aprendizagem dos alunos, auxiliando a equipe pedagógica.

Uma outra atividade que se destaca na prática inclusiva para favorecer os educadores é a adoção da práxis—ou seja, a integração dos conteúdos com as diversas atividades presentes no trabalho pedagógico, tanto no ensino, nas interações, no espaço e no tempo. Esses procedimentos proporcionam aos alunos a oportunidade de reorganizar o conhecimento, respeitando seus diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

É importante ressaltar que a Educação inclusiva, como uma prática em construção, ainda está em fase de implementação. Enfrentar os desafios é uma tarefa complexa, mas as iniciativas e alternativas promovidas pelos educadores são fundamentais. As experiências têm se concentrado não apenas na convivência, mas também nas possibilidades de participação e de aprendizagem efetiva de todos os alunos.

5. Adaptação curricular

Para estabelecer as flexibilizações na escola inclusiva, é fundamental refletir sobre os possíveis ajustes relacionados à organização didática. No entanto, é importante ressaltar que qualquer adaptação não deve criar um plano paralelo, segregado ou excludente. As flexibilizações e/ou adequações da prática pedagógica devem estar alinhadas com uma única premissa: diferenciar os meios para garantir a igualdade de direitos, especialmente o direito à participação e ao convívio.

O desafio atual é avançar para uma maior valorização da diversidade, sem desconsiderar o que é comum entre os seres humanos. Enfatizar demais as diferenças pode levar à intolerância, à exclusão ou a atitudes fundamentalistas que limitem o desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Além disso, pode justificar a criação de currículos paralelos para diferentes culturas ou para pessoas com necessidades educacionais especiais (BLANCO, 2009).

Além disso, para que o projeto inclusivo seja efetivamente implementado, é fundamental que o professor mantenha uma atitude positiva e esteja disponível para criar uma atmosfera acolhedora na sala de aula. A sala de aula desempenha um papel crucial ao afirmar ou negar o sucesso e a eficácia da inclusão escolar, mas isso não significa que a responsabilidade recaia apenas sobre o professor. Ele não pode estar sozinho nesse processo, pois é essencial contar com uma rede de apoio, tanto dentro como fora da escola, para tornar a inclusão uma realidade.

No caso das crianças com necessidades educacionais especiais, uma rede contínua de apoio deve ser providenciada, variando desde ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola. Quando necessário, essa rede de apoio pode expandir-se para incluir a assistência de professores especializados e pessoal de apoio externo, de acordo com as demandas específicas (Declaração de Salamanca, 1994).

6. CONCLUSÃO

A escola comum desempenha um papel fundamental na formação de gerações com visões diversas sobre o próximo, criando cidadãos com experiências únicas de convivência com a essência humana, ou seja, com as nossas diferenças. O preconceito, a discriminação e a estigmatização são comportamentos aprendidos. Quando uma criança ingressa em um ambiente escolar que valoriza e acolhe as diferenças, ela aprende de maneira natural a respeitar o outro pelo que ele é e pelo que é capaz de fazer. Ela compreende que não há limites para a aprendizagem humana e que a imposição de limites revela a limitação de quem os impõe.

Portanto, considerar uma mudança de paradigma e transformar a escola em um ambiente verdadeiramente inclusivo implica reconhecer que a educação infantil é o ponto de partida para efetivar essas mudanças. A construção de um ambiente inclusivo oferece condições para que todos os envolvidos no processo educacional possam refletir sobre si mesmos e ouvir o outro. Dessa forma, abre-se espaço para uma convivência mais respeitosa e enriquecedora, em que a diversidade é celebrada e todos têm a oportunidade de aprender e crescer juntos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: Acesso em: 10 de julho de 2023.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em: 01 novembro de 2020.

SEKKEL, M. C., CASCO, R. Ambientes inclusivos para Educação Infantil: considerações sobre o exercício docente. In: FRELLER, C., FERRARI, M. A. L. D.;

SEKKEL, M. C. Educação inclusiva: percursos na educação infantil. São Paulo:

Casa do Psicólogo, 2011.